

Os “instrumentos das trocas” na praça comercial de Ouro Preto do século XIX: Comércio urbano após o fim do “século do ouro”.

“A economia começa no limiar da troca”¹

A interiorização do povoamento e conseqüentemente do comércio ocorrida na América Portuguesa no século do ouro representam um passo no desenvolvimento mercantil interno. No século XIX, o crescimento populacional, sobretudo em áreas urbanas, unido às produções agrárias gerou ainda maior desenvolvimento de mercados. As vilas e cidades interioranas interligadas a grandes centros mercantis, como o Rio de Janeiro, tinham a função de conectar a vida econômica e a cultura locais com o mundo exterior. Braudel, assinala esta função para os núcleos urbanos:

Na cidade, no mercado central, as trocas têm outra dimensão. Para ele chegam mercadorias e víveres das vilas. Mas a cidade, por sua vez, está ligada outras cidades de seu tamanho ou maiores. A cidade é o elemento que começa a ser francamente alheio à economia local, que sai do seu âmbito restrito e se vincula a grande movimento do mundo, recebe dele as mercadorias raras, preciosas, localmente desconhecidas e as difunde por sua vez nos mercados e lojas inferiores. As vilas estão dentro das sociedade, da cultura camponesas; as cidades saem dela.²

Para o caso da cidade de Ouro Preto, no século XIX, queremos destacar como os “instrumentos das trocas”, identificados na praça, estão, em escala gradual, conectados à este “grande movimento do mundo” do qual fala Braudel. Ao mesmo tempo, a economia regional, com suas demandas e produtos, inserem-se no movimento das ruas e lojas da capital da província. À guisa da caracterização do universo mercantil ouropretano passaremos pelos principais instrumentos de trocas, utilizando como guias os próprios agentes mercantis locais.

Do Armanzém até a Corte

Como já adiantamos, operou-se nas primeiras décadas do século XIX uma relativa recuperação econômica da região central de Minas Gerais (antigas áreas dinamizadas pela mineração), após o declínio da extração do ouro e o crescimento da região sul de Minas Gerais, como grande pólo mercantil da agropecuária. Esta recuperação, ao que parece, esteve pautada na sua vocação de entreposto comercial, na

¹ BRAUDEL, Op cit.. p. 8

² BRAUDEL, Op. cit p 97

montagem do aparato administrativo do governo provincial, na produção e trocas regionais de alimentos, bebidas, animais de carga e alguns manufaturados. Porém ainda existem outros elementos da dinâmica econômica local a serem revelados.

Acompanhando a apresentação hierárquica dos “instrumentos das trocas” feita por Braudel, faremos uma passagem horizontal sobre o movimento do comércio regional, com ênfase na vida urbana de Ouro Preto. De outro modo, num sentido vertical, acompanharemos a atuação dos agentes mercantis seguindo os diversos níveis de aproximação com o mercado. Partiremos das licenças municipais já apresentadas e, sobretudo, da documentação cartorial da cidade. As escrituras públicas lavradas nos “livros de notas” revelam diversos tipos de transações, a saber: cartas de liberdade, procurações, Escrituras de compra e venda (imóveis, escravos, direitos de herança etc), de dívida e hipoteca, contratos de sociedade, legitimação de filhos, convenção, doações, fianças, acordos pré-matrimoniais, entre outras menos recorrentes. O que veremos a seguir é um mapeamento das atividades econômicas exercidas por comerciantes, alcançado com a análise qualitativas desses dados.

A documentação analisada flagra, com já podíamos prever, as atividades exercidas pelos maiores comerciantes e estabelecimentos da cidade. Mesmo entre estes, o nível de informalidade das transações era bem alto e no caso do pequeno comércio, suas operações ficaram quase invisíveis. É bem verdade que, com o passar da década de 1830, o nível de formalização cresceu substancialmente na cidade, resultado do desenvolvimento dos mercados, mas o que de fato imperava nas primeiras décadas do século XIX, era o velho poder da palavra. Portanto, o foco será direcionado para os negociantes donos de Armazéns e Lojas, incluindo os diversos ramos de sua atuação econômica.

Armazéns de Molhados

De acordo com a pesquisa de Marcelo Godoy, pelo menos até a primeira metade do século XIX, em Minas Gerais, muitos dos estabelecimentos considerados lojas de secos também comercializavam molhados.³ Mas como mostramos no tópico anterior, existia uma identificação baseada, para além do tipo de mercadoria vendida, numa hierarquização que levava em conta o tamanho, a localização e posição social do

³ GODOY, Marcelo M. Op. Cit.

proprietário. Portanto, não é possível separar automaticamente os tipos de estabelecimentos, pelos produtos comercializados. Como no caso do Armazém/Loja aberto por José Basílio da Gama Vilas Boas e José Luís Esteves que, em 1844, celebraram contrato de sociedade em “negócio de compra e venda de fazendas secas, gêneros da terra e molhados em estabelecimento de Armazém e Loja”.⁴

No entanto, talvez a denominação Armazém ou Loja também indique o tipo de produto predominante no negócio. De acordo com as licenças municipais havia 52 Armazéns de Molhados em Ouro Preto, no ano de 1838. Diferente das vendas de gêneros da terra, estes estabelecimentos estavam envolvidos em grandes redes de fornecimento/endividamento, fortemente hierarquizada e comandada por poucos negociantes. A venda a prazo no varejo, o famoso fiado, era a regra geral e a concorrência com os atacadistas, com certeza, um grande empecilho. No entanto, com boas relações e capacidade de estocar podiam realizar negócios maiores. Como Vitorino Moreira Coelho que fornecia gêneros para as lavras minerais de Dona Rosa Clark de Azeredo Coutinho que lhe outorgou dívida de 1:757\$815, em 1850. Já Domingos de Magalhães Gomes, filho de tradicional família de comerciantes políticos, arrematou “o fornecimento para o Corpo de Guarnição Fixa da Província”, também em 1850.⁵

Pelo rastreamento feito nas escrituras de dívida e hipoteca, é possível afirmar que tanto os donos de armazéns de áreas periféricas da cidade quanto os das principais ruas dependiam do fornecimento, adiantamento e até empréstimo de maiores negociantes, sejam eles situados no Rio de Janeiro ou de atacadistas ouropretanos. Nas décadas de 1830 e 1840, cinco negociantes de molhados apareceram como credores de 72 escrituras, na maior parte delas os devedores eram comerciantes da própria cidade. São eles: Silvério Pereira da Silva Lagoa, Antônio Pereira Malta, José Pereira Malta, Francisco de Paula Ferreira da Silva e Joaquim Carlos de Figueiredo. Nada menos que 23 armazeneiros de todas as ruas de Ouro Preto outorgaram-lhes dívida, por empréstimo ou por compra de gêneros.

O fato de tantos pequenos comerciantes, identificados nas licenças como comerciantes de molhados, gravitarem em torno deste grupo de cinco fornecedores/prestamistas, revela que, embora a diversificação comercial fosse

⁴ *Arquivo do Museu da Inconfidência. Casa do Pilar. Livros de Notas. Livro 204. Folha 02.*

⁵ *Arquivo do Museu da Inconfidência. Casa do Pilar. Livros de Notas. Livro 208. Folha 150.*

predominante, havia certa tendência à especialização. Talvez isto valha apenas para o comércio de alimentos, que exigia condições específicas de tratamento, transporte e negociação na praça do Rio de Janeiro, no caso de importados e com fazendeiros e tropeiros, no caso dos gêneros regionais.

Na verdade, este era um ramo de comércio muito instável. Poucos conseguiam alcançar altos lucros ou se manterem na elite mercantil local, dependendo apenas do comércio de molhados e gêneros da terra. Os altos custos do transporte, as práticas especulativas dos negociantes grossistas cariocas, a crônica limitação da capacidade de consumo da população local e a dependência de produções regionais para as trocas no Rio de Janeiro, fazia do comércio de importados (nacionais ou estrangeiros) uma eterna incerteza. Nos momentos de altas de preços, a solução era recorrer às produções regionais. A diversificação rumo ao comércio de secos era opção levada a cabo por muitos, porém, também limitada pela atuação dos lojistas

A cadeia de fornecimento/endividamento na qual estavam envolvidos os armazeneiros ouropretanos tinha origem nos portos do Rio de Janeiro. Firms estrangeiras de importação estavam associadas a atacadistas cariocas, os mesmo responsáveis pela absorção da produção abastecedora interna na Corte. As casas de atacado vendiam à comerciantes varejistas do Rio ou a firmas consignatárias, fornecedoras das cidades interioranas.⁶ O processo se estendia, passando pelos comerciantes de Ouro Preto mais bem relacionados no comércio da Corte. Assim, eram eles que intermediavam grande parte da entrada de importados comestíveis na cidade e aproveitando sua maior capacidade de liquidez emprestavam a juros a outros pequenos comerciantes a eles atrelados. A venda cotidiana a prazo, negociada no balcão, era o último estágio. Esta prática não se restringia aos pequenos comerciantes, devedores e dependentes dos fornecedores. Todos, independente dos seus cabedais, vendiam e compravam fiado na cidade.

Seguindo os rastros dos donos de Armazéns nas escrituras cartoriais foi possível detectar aquele que talvez tenha sido o maior comerciante de comestíveis na capital da província, pelo menos nas décadas de 1830, 1840 e 1850. O major Silvério Pereira da Silva Lagoa foi o responsável pelo maior número de escrituras de

⁶ GRAÇA FILHO, Afonso A. *Os convênios da carestia: crises, organização e investimentos do comércio de subsistência da Corte (1850-1890)*. Dissertação de mestrado. UFRJ. Rio de Janeiro. Departamento de História. 1992.

dívida/crédito, entre 1830 e 1857. Um total de 33 devedores outorgaram à ele obrigação e hipoteca. A explicação para a capilaridade de sua rede de devedores está no fornecimento de gêneros molhados, vindos quase exclusivamente da Corte. Foi possível identificar, pelo menos 9 donos de armazéns de molhados que deviam ao major. Além disso, sua casa comercial ainda emprestava dinheiro à juros, sempre com a segurança de hipoteca de imóveis urbanos ou escravos. Ele era também representante, sócio e procurador da casa comercial “Guimarães Lagoa e Cia” situada no Rio de Janeiro. Em nome desta firma registrou algumas escrituras na década de 1840, como a “Escritura de convenção e extensão de hipoteca” em que recebe uma casa e dois escravos como garantia de dívida já vencida, que é novamente postergada pelo devedor, o armazeneiro José Maurício da Silva.⁷ Silva Lagoa também foi, entre os armazeneiros, aquele que mais tinha devedores fora da cidade de Ouro Preto, evidenciando que o raio de atuação de seus negócios era grande e que talvez fosse o único com capacidade de comprar e vender volumosa quantia de mercadoria.

Como veremos no decorrer do texto, a partir de 1850, a vida do negociante de molhados se tornará ainda mais difícil, diante das turbulências do mercado de abastecimento que acometem a Corte e as dificuldades da economia local.

Lojas de fazendas secas

Em 1809, época em que Ouro Preto sofria as consequências do despovoamento provocado pela estagnação econômica, Jonh Mawe visitou a cidade, ainda Vila Rica, e testemunhou o movimento do comércio de fazendas:

Poucos habitantes, excetuando os lojistas, tem ocupação, mas estes são muito numerosos. Os tecidos de lã inglesa não eram caros; o melhor pano custava 30s. a 35s a jarda; casacos etc. eram quase tão baratos quanto na Inglaterra. Os tecidos de algodão comum, estampados, de 1s. 6d. a 2s. a jarda; chapéus, lenços, casimiras e peças de Manchester, muito comuns. Esse lugar parece ser depósito de mercadorias e artigos ingleses de todas as espécies, com exceção da louça, dos fiambres e da manteiga, muito caros por causa dos perigos do transporte. O vinho comum das figueiras custava 3 s. 6d. a garrafa. As lojas em que se vendiam os produtos do país, eram pouco numerosas e pobres; existiam muitos alfaiates, sapateiros, latoeiros, ferrageiros, alguns ferreiros e muitos seleiros.⁸

⁷ *Arquivo do Museu da Inconfidência. Casa do Pilar*. Livros de Notas. Livro 199. Folha 45.

⁸ MAWE, Jonh. *Viagens ao interior do Brasil*. Ed. Itatiaia. Belo Horizonte. 1978. p. 65.

As mudanças que se processaram na economia e na vida política regionais, nas décadas que sucederam a passagem de Mawe, com certeza provocaram a multiplicação de vendas de “gêneros do país” e do comércio em geral. O que não parece ter mudado é a centralidade de Ouro Preto na importação e distribuição de fazendas e demais secos importados. Reparemos mais uma vez que o relato do viajante refere-se ao ano de 1809, pouco depois da abertura dos portos, quando os produtos manufaturados ingleses inundavam o Brasil, sobretudo as áreas urbanas.

No trabalho de rastreamento dos comerciantes da capital, 30 anos depois da observação de Mawe, nos deparamos com uma multiplicação dessas lojas de tecidos, muitos importados e invariavelmente combinados com o comércio de todo o tipo de secos, de ferramentas a chapéus. Sob o rótulo de “Loja de Fazendas Secas” estavam as maiores e mais importantes casas comerciais, como mostrou a maior listagem de casas de negócio já encontrada para o século XIX, as licenças concedidas ou renovadas pela Câmara Municipal no ano de 1838, das quais 45 eram lojas (14 delas também vendiam molhados). Além de trazerem as novidades da Corte e da Europa, nos balcões de alguns desses estabelecimentos eram negociadas grandes transações comerciais, tornando o comércio um dos principais setores da economia regional.

É difícil identificar a origem dos capitais que colocaram alguns lojistas entre os homens mais ricos da cidade. Tudo indica, como veremos nas páginas seguintes, que uma diversidade de operações mercantis garantia o sucesso. Porém, dentro do pequeno grupo de grandes comerciantes da cidade, possuir loja de fazendas secas, fornecidas pelas firmas atacadistas do Rio de Janeiro, era regra geral. Através de contatos e oportunidades investiam em outros ramos, ampliando os lucros. Atuando, como veremos, no comércio de escravos, animais de carga e empréstimo a juros, raramente abandonavam as fazendas secas.

A cadeia de fornecimento/endividamento citada para o comércio de molhados é, no caso dos lojistas, mais visível e dinâmica. Havia uma grande quantidade de lojistas em contato direto com os atacadistas do Rio de Janeiro e um pequeno grupo de intermediários situados na própria cidade de Ouro Preto. Alguns representavam ou mantinham sociedade com casas grossistas. Vejamos alguns exemplos.

Quando Manuel Soares do Couto ⁹faleceu, em 1842, devia 51:674\$000 à 17 negociantes de fazendas do Rio de Janeiro.¹⁰ O caso de um passivo tão alto, 10% maior do que o valor de todos os bens e créditos que possuía, foi raro entre os comerciantes de Ouro Preto, mas mostra o nível de atrelamento e o volume desse tipo de comércio com seus fornecedores. Nas escrituras de dívida e hipoteca também não faltaram exemplos de endividamento de alguns lojistas na Corte, como o caso de Francisco Pinto da Silva Carvalho que devia, em 1845, à firma “Manoel Joaquim dos Santos Casão e Cia do Rio de Janeiro”, por “compra de fazendas”, o valor de 2:254\$000.¹¹

Atacadistas de Ouro Preto também atuavam como fornecedores de lojistas da cidade, de vilas do interior e da elite proprietária da região. É um caso emblemático a atuação dos irmãos, Carlos de Assis Figueiredo, José Batista de Figueiredo e Joaquim Carlos Figueiredo. Em duas escrituras, ambas na década de 1840, o comerciante Antônio Correia Maia, de Ponte Nova (freguesia de Mariana), registrou dívida com os irmãos Figueiredo no total de 12:345\$850, correspondente à compra de fazendas secas e dinheiro adiantado, tudo com cobrança de juros e hipoteca de casa de morada, fazenda de cultura e 10 escravos. Também de Ponte Nova, Joaquim dos Santos Ferreira, registrou dívida de 6:440\$503 com a mesma firma. A família Souza Coutinho, donos de grandes lavras minerais, também registraram dívidas com os comerciantes relativas ao fornecimento de fazendas secas e empréstimos a dinheiro.¹² O comendador José Batista de Figueiredo estava entre os principais prestamistas da cidade, como veremos a diante.

O comendador Francisco de Paula Santos foi um dos principais negociantes ouropretanos do século XIX. Atuava em diversos ramos e era um dos maiores credores da praça. No entanto, entre as décadas de 1830 e 1850, manteve loja de fazendas na Rua São José, depois transformada em escritório comercial. Em algumas escrituras, ele aparece como representante e sócio da firma “Pena Santos e Cia” do Rio de Janeiro, no

⁹ Comerciante e político, líder da Sedição de 1833, que houve na cidade de Ouro Preto. Ele herdou a loja de seu pai, o coronel **Nicolau Soares do Couto**, um respeitado e rico comerciante da cidade, desde pelo menos 3 décadas atrás.

¹⁰ *Arquivo do Museu da Inconfidência. Casa do Pilar. Inventários post-mortem* Códice 121. Auto 1522. Ano 1841. 1º ofício.

¹¹ *Arquivo do Museu da Inconfidência. Casa do Pilar. Livros de Notas. Livro 202. Folha 46*

¹² *Arquivo do Museu da Inconfidência. Livros de Notas. Livro 205, Folha 222 e Livro 196, Folha 23.*

fornecimento de fazendas comerciantes locais, como naquela registrada, em 1837, por Guilherme Cypriano de Souza Motta, por dever 2:579\$531 à dita Pena Santos.¹³

Na primeira metade do século XIX, cidades como Ouro Preto e São João Del Rei funcionavam como pólo distribuidor dos artigos manufaturados. Alguns fatores contribuíam para o maior volume do negócio de fazendas e maior acumulação dos agentes. Diferente da produção de alimentos e bebidas, o mercado regional de secos, sobretudo as fazendas, tinha limitada a capacidade de substituição de importações, o que tornava os núcleos urbanos mineiros dependentes da atuação dos negociantes das cidades mais centrais, como São João Del Rei e Ouro Preto. Do mesmo modo, o acesso ao crédito e a confiança da praça fornecedora também era facultado, predominantemente, aos agentes destes mesmos centros. Juntamos a isso, a perpetuação do gosto pelo consumo de luxo, uma tradição dos diversos povoamentos originários na mineração colonial. Marcelo Godoy fez observações semelhantes, ao compilar relatos viagens sobre várias regiões de Minas Gerais:

À extensa pauta de exportações mineiras, sobretudo para cidade do Rio de Janeiro, correspondia não menos largo rol de mercadorias importadas. O comércio de retorno assegurava o provimento de grandes entrepostos de distribuição de artigos não produzidos em Minas, principalmente os de origem européia. Ouro Preto e São João Del Rei, provavelmente os mais exuberantes, desses entrepostos que cumpriam a função de distribuição de importados para a vasta rede de cidades de Minas Gerais. Nesses centros urbanos concentravam-se os grandes estabelecimentos comerciais atacadistas, fornecedores dos pequenos negociantes do interior.¹⁴

O comércio de artigos importados continuou fazendo parte da paisagem das ruas centrais de Ouro Preto na segunda metade do oitocentos, porém, é o perfil de atuação dos negociantes que se transformou, tornando-se mais especializado, perdendo espaço para outros agentes em atividades mais lucrativas, como a prestamista.

O comércio de escravos e a mineração

Minas Gerais foi a maior província escravista do Brasil. Mesmo na primeira metade do século XIX, quando a produção exportadora de café da Zona da Mata mineira ainda não havia alcançado grande magnitude, a província manteve-se entre as principais importadoras e mão-de-obra cativa. A explicação para isto está na capacidade de compra das produções agropecuaristas voltadas para o mercado interno e também na

¹³ *Arquivo do Museu da Inconfidência. Casa do Pilar. Livros de Notas. Livro 191. Folha 27.*

¹⁴ GODOY, Op. Cit. p. 347

possibilidade de reprodução natural do plantel mancipio nessas propriedades.¹⁵ Na região central da província, a mineração, conjugada com a agricultura e a incipiente produção siderúrgica ainda eram responsáveis por significativas entradas de africanos.

Segundo Douglas Libby, ao analisar os assentos de batismo de 5 paróquias de Minas Gerais, depois de um interregno entre 1790 e 1813, houve uma significativa retomada do número de batismos de africanos, o que denotaria um crescimento do tráfico.¹⁶ Até 1830, o crescimento foi constante. Para o mesmo período, os registros da Polícia da Corte, compilados por João Fragoso, indicam que Minas Gerais respondia por 48,4% do comércio do Rio de Janeiro com as província.¹⁷ Após o encerramento do tráfico legal, há um abrupto decréscimo do batismo de africanos e também nos registros da Corte, o que, de acordo com Libby, sugere a retirada dos compradores mineiros, do encarecido comércio negreiro. Miriam Lott também se baseou na evolução do batismo de escravos adultos para indicar a recuperação econômica vivida por Vila Rica, a partir de meados da década de 1810.

Se considerarmos que o crescimento da entrada de escravos na cidade está ligado a soerguimento da mineração, ou pelo menos a tentativa de levantar a extração do ouro, poderemos concluir que as entradas de africanos prosseguiu nos anos seguintes à proibição legal do tráfico. Desde o governo de D. João VI, houve tentativas frustradas de composição de firmas, com capital e gerência nacionais. A fraca capacidade de investimentos, sobretudo nas necessárias técnicas de mineração subterrânea, e mesmo a desconfiança do minerador local com o risco financeiro, limitou tais empreendimentos.¹⁸

Um decreto lei do governo imperial de setembro de 1826 permitiu a formação de empresas estrangeiras nas “províncias mineiras”, o que antes era vetado. Porém, desde 1825 já operava em Gogo Soco (Sabará) a Imperial Brazilian Mining Association, exploração inglesa que atuou até a década de 1850.¹⁹ Praticamente todos os

¹⁵ MARTINS ; SLENES; LIBBY; PAIVA e GODOY.

¹⁶ LIBBY, Douglas Cole. *O tráfico negreiro e as populações escravas das Minas Gerais. C. 1720-c. 1850*. Meeting of the Latin American Studies Association. San Juan, Puerto Rico. 2006. p. 15.

¹⁷ FRAGOSO, Op. Cit. p. 146

¹⁸ IGLÉSIAS, Op. Cit. p. 395

¹⁹ LIBBY, Douglas. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais século XIX*. São Paulo. Brasiliense: 1988. p. 266.

empreendimentos ingleses do período se instalaram na região central de Minas Gerais, onde Ouro Preto era o principal núcleo administrativo, político e comercial. Logo, as conseqüências positivas para a economia local foram sentidas, principalmente para a elite mercantil.

Apesar do declínio quase fatal da extração do ouro, muitas lavras continuavam operando sob a posse de tradicionais famílias da região. O fornecimento de gêneros de abastecimento a essas lavras era costumeiramente papel de comerciantes da cidade, assim como de escravos. No entanto, com a chegada das companhias inglesas, aqueles com maior capacidade de investimento, conhecimento, experiência e influência aproveitaram o novo surto minerador para auferir grandes lucros. O papel dos dois maiores negociantes da cidade no fornecimento de escravos e crédito para essa atividade parece estar no cerne da alta capitalização que alcançaram.

Uma passagem pelos Códices da Polícia da Corte, especialmente nos “despachos de escravos” é possível identificar que **Francisco de Paula Santo** e **José Peixoto de Souza** registraram compras de escravos. O primeiro registrou 57 escravos em duas passagens nos anos de 1827 e 1829. O segundo registrou 30 cativos, em uma passagem no ano de 1827. O lojista Manoel José F. de Oliveira, registrou 50 almas neste mesmo ano.

Era justamente o contato e o crédito com os negociantes grossistas do Rio de Janeiro, na freqüência do comércio de fazendas, que dava à grandes comerciantes de Ouro Preto e Mariana, oportunidade de arrematar levas tão significativas. Apesar de poucas referências na Polícia da Corte, as escrituras denunciam continuidade de operações envolvendo escravos, após o fim legal do tráfico. José Peixoto de Souza realizou uma grande transação de venda de escravos para a “Companhia Minas Gerais”, montada por ingleses em Itabira do Campo, distrito de Ouro Preto. Foram 71 escravos, todos africanos, e, em 1840, a companhia registrou dívida com hipoteca dos próprios cativos no valor de 34:030\$000. Estes mesmos escravos haviam sido alugados para as Companhias de “Morro Velho”²⁰ e “Cata Branca”²¹. Poucos meses depois o Barão de

²⁰ A companhia se chamava *Saint John D’el Rey Mining Company*, funcionou em Sabará entre os anos 1834-1886. Foi uma das poucas explorações estrangeiras que lograram sucesso e longevidade. LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: O caso da Mina do Morro Velho. 1834-1886*. Ed. Itatiaia. Belo Horizonte. 1984.

²¹ *The Brazilian Company* LTDA localizada em Itabirito, funcionou entre 1833 e 1844, quando um grave acidente provocou desabamento das galerias, causando morte de dezenas de escravos trabalhadores.

Catas Altas e sua família, também donos de lavras registraram dívida no valor de 29:000\$000, por empréstimo, ao mesmo José Peixoto de Souza, hipotecando 60 escravos como garantia.

Apesar de haver poucos registros de compra e venda de escravos nos livros locais (a obrigatoriedade do registro veio somente na década 1860), algumas transações foram flagradas, envolvendo sempre, nas maiores, comerciantes da cidade. Tristão Francisco Pereira de Andrade arrematou 12 escravos pelo valor de 3:480\$000 à Rufino Generoso da Purificação que se viu obrigado ao repasse por dever este valor ao comerciante. Alguns meses depois, o dito Tristão Andrade vende 20 escravos à Antônio José Dias Coelho. Em 1854, Dona Maria Amália de Oliveira e Castro, viúva do negociante já citado, Manoel José Fernandes de Oliveira, vende, como pagamento de dívida do casal, 25 escravos no valor de 17:500\$000 à Francisco de Paula Santos.

É importante ressaltar que nas décadas de 1830 e 1840 Paula Santos e José Peixoto de Souza se envolveram como fornecedores, financiadores, sócios e intermediários de empreendimentos mineradores, agrícolas e comerciais envolvendo famílias proprietárias, companhias e comerciantes ingleses. O primeiro intermediou, em 1839, a venda das “Lavras da Conceição” em Itabira do Mato Dentro, de um lado como vendedores, os familiares e sócios de Feliciano Pinto Coelho da Cunha (proeminente político local), e de outro a “companhia inglesa representada por Guilherme Cates Warth”.²² Já Peixoto de Souza, assinou contrato de abertura de uma casa comercial no Rio de Janeiro, “para giro de seus negócios”, em 1844, tendo como sócios, os comerciantes ingleses, atuantes também em Ouro Preto, Salomom Bennaton e João Morgan Junior. O capital inicial da Casa era de 150:000\$000.²³

O registro da compra e venda de cativos também foi limitado no período por causa das implicações legais já citadas. Detectamos 41 escrituras entre 1830 e 1860, envolvendo um total de 289 escravos. Dessas, apenas 26 se referiam à compra de mais de um escravo, quase todas feitas por comerciantes. Portanto, as transações registradas em cartório flagram lojistas da praça de Ouro Preto drenando cativos das mãos da

HIRASHIMA, Haiato. *Um dia em Cata Branca: Subsídios da Arqueologia Histórica e do Geoprocessamento para elaboração de estratégia de preservação*. Monografia de Bacharelado. Especialização do curso de especialização em Arquitetura Urbana. UFMG.2003.

²² *Arquivo do Museu da Inconfidência. Casa do Pilar. Livros de Notas. Livro 194. Folha 89v.*

²³ *Arquivo do Museu da Inconfidência. Casa do Pilar. Livros de Notas. Livro 188. Folha 68.*

população local ou de outros comerciantes. Tal fenômeno sugere algumas suposições: boa parte dos cativos concentrados nas mãos de comerciantes eram alugados às companhias inglesas, não vendidos, uma prática já conhecida; a população via no novo surto minerador e na restrição legal do tráfico, por conseguinte na alta expressiva dos preços, a possibilidade de alcançar lucro com a venda do cativo, intermediada por comerciantes. Escravos hipotecados nas freqüentes dívidas eram, por vezes, repassados como venda, em decorrência da impossibilidade de quitação.

É fato que, para além das grandes transações comerciais, as operações mais cotidianas, envolvendo moradores das áreas rurais e urbana, utilizavam escravos como garantias para empréstimos. Cerca de 52% de todas as escrituras de dívidas referentes à empréstimos utilizaram escravos como garantias de pagamento. Após o fim do tráfico, em 1850, a hipoteca de escravos se tornou ainda mais valorizada, aumentando a possibilidade de capitalização por parte de pequenos proprietários. No conjunto, foi sem dúvida o comerciante estabelecido quem usava o balcão de sua loja para emprestar a juros com hipoteca, o grande acumulador, seja através do rendimento usurário ou da aquisição para revenda do cativo.

O crédito na praça

Além da já ressaltada estagnação econômica dos primeiros anos do século XIX, a falta de um produto de alto valor mercantil na região de Vila Rica, uma vez que o ouro ano a ano se esvaía, tornava a circulação monetária ainda mais precária. Com a proibição da circulação do ouro em pó, a população local ficou ainda mais sem poder de compra. Mesmo com a recuperação econômica regional dos anos 30 e 40, a regra era instabilidade monetária do Brasil como um todo.²⁴ Por isso, o velho recurso colonial do endividamento se mantinha.

As formas e práticas creditícias variavam desde o fiado no armazém e na loja, até a venda de imóveis e escravos à prazo, passando pelo empréstimo baseado no empenho da palavra e da honra, até às maiores transações prestamistas e de compra, que envolviam a escrituração pública da dívida.

²⁴ PELAEZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson. *História monetária do Brasil*. Editora UNB. Coleção Temas Brasileiros. Brasília. 1981.

O fiado nunca deixou de existir, seja aquele baseado na palavra ou anotado no borrador da casa comercial. Raphael dos Santos estudou minuciosamente essas práticas na Comarca do Rio das Mortes e Cláudia Coimbra debruçou-se sobre o tema para Vila Rica no setecentos. O empenho da palavra oral ou escrita (bilhete particular de crédito), da honra e da própria alma eram as principais garantia de acesso crédito.²⁵

A prática colonial do endividamento teve origem na falta de numerário da economia e manteve-se ao longo do século XIX. Alguns indícios apontam para um processo de maior formalização do empréstimo e de outras formas de dívida, através da escrituração pública da transação. Pelo menos nas negociações que envolviam valores mais expressivos, o recurso do registro em cartório foi uma prática cada vez mais utilizada.

Tabela 08
Evolução do número de escrituras públicas de dívidas

Ano	Número	%
1821-1830	17	4,2
1831-1840	70	17,3
1841-1850	142	35,0
1851-1860	176	43,5
Total	405	100

Fonte: *Arquivo do Museu da Inconfidência. Casa do Pilar.* Livros de notas. 1820-1860.

O comerciante e militar, Antônio José Dias Coelho, foi o maior credor da praça na década de 1820, porém, somente quatro das 107 dívidas ativas arroladas no seu inventário, em 1828, foram publicamente formalizadas. Entre os seus devedores estavam alguns, ainda jovens, comerciantes que dominariam o crédito nas décadas seguintes.²⁶ Estes sim, responsáveis pelo aumento da impessoalidade nas garantias do crédito.

Nos anos de 1820, somente 17 dívidas foram lavradas em cartório. Como vimos no caso de Dias Coelho, o comércio do crédito e as vendas à prazo não deixaram de ocorrer. Até a década de 1820, a estagnação econômica e a própria força do costume esvaziaram os livros de notas, tendo até então a predominância da palavra nas grandes e médias transações. Durante muitos anos, a população de Ouro Preto teve crescimento

²⁵ Uma excelente referência para entender o crédito em Minas Gerais no período colonial é o trabalho de SANTOS, Raphael F “*Devo que pagarei*” *Sociedade, mercado e práticas creditícias na comarca do Rio das Velhas 1713-1773*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte. UFMG. 2005. Sobre as ações de empenho da alma ver: ESPÍRITO SANTO, Cláudia Coimbra. *Economia religião e costume no cotidiano das Minas: práticas creditícias na Vila Rica setecentista. XIII Seminário sobre economia mineira*. Diamantina. 2008.

²⁶ De um total de 47:860\$672, somente 1:955\$2111 foi registrada em cartório. *Arquivo do museu da Inconfidência. Casa do Pilar. Inventários post mortem*. Códice 144. Auto 125. 1º ofício. Ano 1828.

reduzido ou estagnação. Na década de 1830, o aumento populacional foi um pouco maior e a dinamização da economia regional, pelo novo surto minerador, fez disparar o número de escrituras de crédito. Nos anos seguintes, a escrituração pública não parou de crescer, mesmo que com um perfil diferenciado, após o fim do tráfico e a abertura da Caixa filial do Banco do Brasil na cidade.

Rastreando nominalmente os principais credores da cidade foi possível traçar um quadro do perfil da atividade prestamista em Ouro Preto, ao longo de quase cinco décadas. Há uma nítida coincidência entre os maiores emprestadores e os grandes comerciantes de armazéns de molhados e, principalmente, de loja de fazendas secas e escravos, conforme se observa na tabela abaixo.

Tabela 09

Maiores credores de Ouro Preto, segundo as escrituras de dívida. 1820-1865

Credores	Escrituras	Ocupação	Período
Silvério Pereira da Silva Lagoa	33	Comerciante	1830-1864
Francisco Teixeira do Amaral	25	advogado/diretor da Caixa Filial do BB	1852-1864
Francisco de Paula Santos	20	comerciante/escritório comercial	1835-1864
José Coelho dos Santos	20	Lavrador	1848-1862
David Moretz Johan	19	comerciante/diretor da caixa filial do BB	1838-1860
João Inocêncio de Faria Alvim	19	Lavrador	1842-1864
Joaquim Carlos de Figueiredo	11	Comerciante	1838-1847
José Batista de Figueiredo	10	Comerciante	1833-1859
Francisco de Paula F. da Silva	9	Comerciante	1832-1844
Rafael da Costa Guimarães	9	Comerciante	1848-1864
Fernando Scott	9	Casa de bilhar	1852-1864
José Peixoto de Souza	8	Comerciante	1838-1843
Domingos Alves Branco	8	Comerciante	1847-1855
José Pereira Malta	8	Comerciante	1844-1848
João José de Magalhães	7	capitalista/tesoureiro caixa econômica de Ouro Preto	1863-1864
Marçal José do Santos	7	advogado/presidente da caixa filial do BB	1854-1869
Tristão F. Pereira Andrade	6	Comerciante	1839-1860
Antônio José Dias Coelho	6	comerciante/militar	1820-1827
João José Cardoso	5	Comerciante	1854-1859
Francisco G. de Carvalho	5	Comerciante	1841-1853
Vitorino Moreira Coelho	5	Comerciante	1855-1864
José Saragossa C. dos Santos	5	Comerciante	1851-1856
José Bento Soares	4	Comerciante	1820-1840
Manoel Pereira de Andrade	4	Comerciante	1845-1853
Valeriano Manso R. de Carvalho	4	contador da mesa das rendas	1858-1863
Antônio Pereira Soares	4	comerciante/tesoureiro caixa econômica de Ouro Preto	1863-1864

Fonte: Arquivo do Museu da Inconfidência. Casa do Pilar. Livros de notas. 1820-1860.

Esta tabela ainda não nos permite verificar o volume médio das transações que envolvia cada um dos credores, mas já podemos adiantar que os credores das maiores transações eram comerciantes, já nossos conhecidos: Francisco de Paula Santos, José Peixoto de Souza e José Batista de Figueiredo. Já Francisco Teixeira do Amaral, conhecido “banqueiro” de Ouro Preto, lidera os empréstimos numa outra fase da história financeira da cidade, quando os comerciantes reduzem a supremacia do domínio da liquidez, como trabalharemos adiante.

Mais de 56% das escrituras de dívidas tiveram comerciantes como credores, durante todo o período analisado. Essa proporção sobe para 75,3% quando limitamos o recorte em 1850. A concentração da liquidez na atividade mercantil, disponível para o empréstimo pessoal a juros ou para financiamento de atividades produtivas é característica amplamente aceita nos estudos sobre o comércio dos finais do período colonial e primeiros anos do período imperial. Em grandes praças mercantis do Brasil, como Rio de Janeiro e Salvador, o financiamento da produção ou de empreendimentos comerciais eram quase sempre papel de negociantes grossistas. Sendo estes atacadistas, tornavam pequenos comerciantes do litoral ou do interior dependentes da venda a prazo e também do empréstimo.²⁷

Em Minas Gerais, o principal centro financeiro era São João Del Rei, onde a atividade creditícia estava ligada especialmente à produção agropecuarista regional. Os negociantes da cidade concediam empréstimos ou vendiam à prazo para clientes de ampla região, sobretudo ao Sul e Oeste da província. Em 1822 foi criada a primeira Caixa Filial do Banco do Brasil em São João Del Rei. A precocidade sanjoanense, em relação ao outras cidades mineiras no tocante ao estabelecimento da Caixa, se deve ao fato de a cidade ter sentido logo a escassez do ouro em pó circulante, pelo dinamismo comercial e pujança de seus comerciantes.²⁸

O volume de acumulação e, por conseguinte, a disponibilidade de crédito pelos comerciantes de Ouro Preto, era bem menos expressiva, salvo raras exceções. Mesmo assim, reproduziam na cidade toda uma cadeia estrutural de endividamento e suas implicações sociais, gerando redes de dependência.

²⁷ FRAGOSO, Op. Cit. e MATTOSO, Op. Cit.

²⁸ GRAÇA FILHO, Op. cit. p. 74

O negócio do crédito, eventual ou freqüente, foi o “instrumento de trocas” que movimentou os maiores volumes em Ouro Preto e, provavelmente, o que resultou em maiores lucros. Somente em 91 das 507 transações levantadas nas escrituras não foi registrada a cobrança de juros, o que pode ser explicado, na maioria dos casos, pelo reduzido prazo para o pagamento. Com exceção de quatro escrituras, todas traziam a garantia de hipoteca. Na verdade, o registro de dívida em cartório estava mais ligado à busca por segurança, portanto, na garantia hipotecária, o que explica o fato de centenas de pequenas dívidas encontradas, muitas vezes, em inventários *post mortem* e no borrador da casa comercial, não terem sido formalizadas. Portanto, trata-se da atividade de maior rendimento, embora não se possa afirmar que o reduzido número de transações, para a maioria dos comerciantes, fosse um freqüente instrumento de enriquecimento. Estava combinado com aquele crédito não escriturado e o comércio estabelecido.

A tabela 09 apresenta ainda uma alteração no perfil do crédito na praça de Ouro Preto, a partir de 1850. As escrituras de dívidas registradas tiveram redução da participação de comerciantes como outorgados, embora ainda mantivessem a dianteira. Passaram a controlar 42,8% das transações. Entre 1852 e 1864, o advogado e diretor da Caixa Filial do Banco do Brasil²⁹ Francisco Teixeira do Amaral foi registrado como credor em 25 transações. Dois produtores rurais também ascenderam como credores importantes na cidade, José Coelho dos Santos e João Inocência de Faria Alvim.

Algumas transformações econômicas e políticas explicam tais mudanças, mas merecem análise mais apurada da evolução dos negócios revelados pelas escrituras. Por hora vale adiantar que a década de 1850 marca uma série de mudanças no papel do comerciante na sociedade e no desenvolvimento dos mercados: o fim do tráfico negreiro, o deslocamento de mão-de-obra escrava para regiões cafeeiras, a crise de abastecimento que acomete a Corte, a expansão das instituições financeiras, a criação do código comercial, a lei de terras etc. No caso de Ouro Preto, é necessário levar em conta que poucas experiências inglesas na mineração subterrânea sobreviveram por muitos anos, o que também trouxe impactos para a cidade.

²⁹ A caixa filial do Banco do Brasil foi instalada no dia 1º de janeiro de 1856, com um fundo disponível de 200:000\$000, que em 1864 se elevava à 4.600:000\$000. O presidente da Caixa Filial era o advogado Marçal José dos Santos, irmão do maior negociante da cidade, Francisco de Paula Santos. Almanack civil, administrativo e industrial da província de Minas Gerais. 1864. p. 69.